



Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	14	16.509	77.397	86.537
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	1	231
Contas a receber	5	-	-	201.051	171.669
Estoques	6	-	-	719	225
Impostos a recuperar	7	408	871	16.308	12.716
Ativo de contratos	8	-	-	6.612	12.695
Outros ativos	10	-	-	823	12.357
Partes relacionadas	9	36.490	4.705	-	-
Dividendos a receber	-	105	5.525	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>37.017</b>	<b>28.433</b>	<b>314.196</b>	<b>296.430</b>
Contas a receber	5	-	-	124.207	103.325
Títulos e valores mobiliários	4	3.207	8.638	3.653	37.790
Obrigações com derivativos	29	-	-	42.279	31.290
Partes relacionadas	9	27.739	-	-	2.058
Tributos diferidos	27	-	-	12.150	11.866
Outros ativos	10	-	-	2.724	3.284
		<b>30.946</b>	<b>8.638</b>	<b>142.734</b>	<b>158.323</b>
Investimentos	11	183.749	133.558	-	-
Imobilizado	12	-	-	16.521	19.867
Ativo de direito de uso	13	-	-	5.094	4.345
Intangível	14	-	-	31.290	31.290
		<b>183.749</b>	<b>133.558</b>	<b>63.894</b>	<b>55.492</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>214.695</b>	<b>142.196</b>	<b>206.228</b>	<b>213.815</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>251.712</b>	<b>170.629</b>	<b>520.824</b>	<b>510.245</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fornecedores	15	1	24	91.322	58.187
Empréstimos e financiamentos	16	215.745	128.896	241.333	211.830
Obrigações tributárias	17	349	28	15.398	11.563
Imposto de renda e contribuição social	27	-	-	47	4.111
Obrigações trabalhistas	18	16	13	27.833	18.961
Parcelamentos de tributos	19	-	-	4.091	2.770
Passivo de arrendamento	29	-	-	2.107	1.558
Operações com derivativos	13	-	-	132	762
Passivo de contratos	8	-	-	32.348	10.058
Dividendos a pagar e JCP	21.d / e	76	6.725	76	6.725
Outros passivos	-	-	-	1.474	706
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>216.187</b>	<b>135.686</b>	<b>416.151</b>	<b>327.231</b>
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	7.421	106.186
Parcelamentos de tributos	19	-	-	9.346	7.972
Passivo de arrendamento	13	-	-	3.572	3.056
Operações com derivativos	29	-	-	397	6.878
Fornecedores	15	-	-	12.038	6.878
Obrigações tributárias	17	-	-	3.359	3.428
Passivo de contratos	8	-	-	32.975	20.551
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>69.148</b>	<b>148.071</b>
Capital social	21.a	12.446	11.221	12.446	11.221
Reservas de lucros	21.b	23.326	23.080	23.326	23.080
Ajustes de avaliação patrimonial	21.c	(247)	642	(247)	642
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>35.525</b>	<b>34.943</b>	<b>35.525</b>	<b>34.943</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>251.712</b>	<b>170.629</b>	<b>520.824</b>	<b>510.245</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	22	-	-	487.425	435.285
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	-	-	(343.063)	(280.699)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>144.362</b>	<b>154.586</b>
Despesas administrativas	24	(1.297)	(1.396)	(88.019)	(79.634)
Despesas de vendas	24	-	-	(18.097)	(20.386)
Outras receitas (despesas), líquidas	25	1.297	19.036	8.685	4.695
Resultado da equivalência patrimonial	11	17.890	23.330	17.890	23.330
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>17.890</b>	<b>40.970</b>	<b>97.431</b>	<b>95.325</b>
Despesas financeiras	26	(26.477)	(20.914)	(62.863)	(53.256)
Receitas financeiras	26	8.909	3.519	19.906	23.865
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>322</b>	<b>23.575</b>	<b>3.954</b>	<b>29.870</b>
Corrente	27	-	-	(3.916)	(11.374)
Diferido	27	-	-	284	5.079
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.632)</b>	<b>(6.295)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>322</b>	<b>23.575</b>	<b>322</b>	<b>23.575</b>
Lucro líquido por lote de mil ações		0,004	0,189	0,004	0,189

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	(Prejuízos)/Lucros acumulados	Total
		Legal	Investimentos			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>6.769</b>	<b>937</b>	<b>12.878</b>	<b>(2.088)</b>	<b>-</b>	<b>18.496</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.575	23.575
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	2.734	-	2.734
<b>Total resultado abrangente do período</b>				<b>2.734</b>	<b>23.575</b>	<b>26.309</b>
Aumento de capital com dividendos	4.452	-	-	-	-	4.452
Aumento de capital com constituição de reservas	7.585	-	(7.585)	-	-	-
Redução de capital	(7.585)	-	-	-	-	(7.585)
Reserva legal	-	1.179	-	-	(1.179)	-
Juros de capital próprio	-	-	(1.126)	-	(1.126)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(5.599)	(5.599)	-
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	(4)	(4)	-
Retenção de lucros	-	-	16.797	-	(16.797)	-
<b>Total de contribuições e distribuições aos acionistas</b>	<b>4.452</b>	<b>1.179</b>	<b>8.086</b>	<b>(4)</b>	<b>(23.575)</b>	<b>(9.862)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>11.221</b>	<b>2.116</b>	<b>20.964</b>	<b>642</b>	<b>-</b>	<b>34.943</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	322	322
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(897)	-	(897)
<b>Total resultado abrangente do período</b>				<b>(897)</b>	<b>322</b>	<b>(575)</b>
Aumento de capital com dividendos	1.225	-	-	-	-	1.225
Reserva legal	-	16	-	-	(16)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	8	(76)	(76)
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	8	-	8
Retenção de lucros	-	-	230	-	230	-
<b>Total de contribuições e distribuições aos acionistas</b>	<b>1.225</b>	<b>16</b>	<b>230</b>	<b>8</b>	<b>(322)</b>	<b>1.157</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>12.446</b>	<b>2.132</b>	<b>21.194</b>	<b>(247)</b>	<b>-</b>	<b>35.525</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>322</b>	<b>23.575</b>	<b>322</b>	<b>23.575</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para resultado	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	(897)	2.734	(897)	2.734
	<b>(897)</b>	<b>2.734</b>	<b>(897)</b>	<b>2.734</b>
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>(575)</b>	<b>26.309</b>	<b>(575)</b>	<b>26.309</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do fluxo de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	322	23.575	322	23.575
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o fluxo de caixa:	-	-	-	-
Depreciações e amortizações	-	-	16.377	15.429
Resultado da equivalência patrimonial	(17.890)	(23.330)	-	-
Provisão para perda de créditos	-	-	135	2.204
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	612	715
Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamento e mútuo	21.190	20.868	38.364	36.631
Variações no resultado não realizado de derivativos a valor justo por meio do resultado	-	-	1.825	(6.161)
Despesa/receita de imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	(284)	(5.079)
Provisões para contingências	-	-	-	(3.023)
Efeito líquido da baixa de ativo imobilizado	-	-	63	547
<b>3.622</b>	<b>21.113</b>	<b>57.414</b>	<b>64.838</b>	
<b>Variações do ativo</b>				
Contas a receber	-	-	(50.399)	(106.078)
Estoques	-	-	(494)	109
Impostos a recuperar	863	129	(3.592)	2.595
Outros ativos	424	(5.525)	6.892	(11.409)
Variações do passivo	-	-	-	-
Fornecedores	(23)	(847)	38.295	2.537
Obrigações tributárias	321	(5)	3.796	5.019
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(3.841)	(254)
Obrigações trabalhistas	3	(44)	8.872	3.315
Parcelamentos de tributos	-	-	2.695	905
Passivos passivos	-	-	94.253	30.140
<b>Fluxo de caixa (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>5.210</b>	<b>14.821</b>	<b>94.231</b>	<b>(8.283)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social pagos</b>	-	-	(223)	(223)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(24.341)	(20.442)	(39.240)	(33.385)
Juros pagos de passivos de arrendamento	-	-	(612)	(715)
<b>Fluxo de caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(19.131)</b>	<b>(5.621)</b>	<b>54.156</b>	<b>(42.606)</b>

Fluxos de caixa de atividades de investimento  
Títulos e valores mobiliários  
Aquisição de ativo imobilizado e intangível  
Dividendos recebidos  
Partes relacionadas  
Aumento de capital em investida  
**Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades de investimento**

Fluxos de caixa de atividades de financiamento  
Redução de reservas  
Captações de empréstimos e financiamentos  
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos  
Amortização do passivo de arrendamento  
Dividendos e jcp pagos  
Redução de capital  
**Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento**

**Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro  
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro  
**Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas</b>	<b>1.297</b>	<b>19.036</b>	<b>548.299</b>	<b>507.882</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	522.772	489.678
Receita relativa à construção de ativos próprios	-	-	-	16.977
Outras receitas	1.297	19.036	8.685	4.695
Provisão para perdas esperadas de créditos	-	-	(135)	(2.204)
<b>Consumo adquirido de terceiros</b>	<b>(367)</b>	<b>(679)</b>	<b>(252.240)</b>	<b>(199.453)</b>
Custo das mercadorias e serviços vendidos	-	-	(216.189)	(173.165)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(367)	(679)	(36.051)	(26.288)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>930</b>	<b>18.357</b>	<b>296.059</b>	<b>308.429</b>
Depreciações e amortizações	-	-	(16.377)	(15.429)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>930</b>	<b>18.357</b>	<b>279.682</b>	<b>293.000</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>26.799</b>	<b>26.849</b>	<b>19.906</b>	<b>23.865</b>
Resultado de equivalência patrimonial	17.890	23.330	-	-
Receitas financeiras	8.909	3.519	19.906	23.865
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>27.729</b>	<b>45.206</b>	<b>299.588</b>	<b>316.865</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>27.729</b>	<b>45.206</b>	<b>299.588</b>	<b>316.865</b>
<b>Pessoal</b>	<b>427</b>	<b>455</b>	<b>147.706</b>	<b>181.954</b>
Remuneração direta	427	455	111.204	138.729
Benefícios	-	-	27.711	33.240
FGTS	-	-	8.791	9.985
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>504</b>	<b>262</b>	<b>84.270</b>	<b>64.358</b>
Federais	504	256	68.191	49.064
Estaduais	-	6	2.441	3.181
Municipais	-	-		



convertidas para o Real utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência.

2.5. Normas emitidas e ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

(i) Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (IFRS 18) Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. Várias alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(ii) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS 19)

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora com responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

(iii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICP 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

(iv) Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo "Lack of Exchangeability" emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor representa a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.6. Principais políticas contábeis materiais

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a receber

O contas a receber de clientes corresponde aos valores a receber pelas vendas de mercadorias e prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia e de suas controladas. Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das provisões contábeis ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisões para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para perda esperada de créditos do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para perda esperada de créditos pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação a possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. O contas a receber de clientes não faturados representam os valores pelos quais a Companhia e suas controladas já reconheceram a receita, de acordo com sua política de reconhecimento de receita, para serviços profissionais já realizados, mas ainda não faturados, e para os quais a Companhia e suas controladas acreditam ter um direito incondicional de receber caixa.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques de hardware e software são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda das mercadorias ou dos serviços estimados dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda das mercadorias e prestação dos serviços.

d) Imobilizado

Os terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, com exceção dos ativos apresentados:

- Beneficiários em bens de terceiros 11 anos
Instalações e móveis e utensílios 10 anos
Máquinas e equipamentos 11 anos
Equipamentos de informática 4 anos
Veículos 5 anos

O bem do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Ativos intangíveis gerados internamente possuem os seus custos de desenvolvimento capitalizados até o momento da sua conclusão. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas ao valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Softwares desenvolvidos internamente 5 anos
Software de licenças adquiridas 3 anos
Marcas e patentes 25 anos

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesas e custos consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas não possuem registrado ativos intangíveis de vida útil indefinida. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

f) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes:

- (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

g) Arrendamentos

Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos.

Os pagamentos fixos são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gere esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento não podem ser imediatamente determinadas. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

h) Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

i) Provisões para riscos tributários, reais e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência e a estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados

ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para o IRPJ, e, de 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

k) Imposto de renda e contribuição social diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre saldos de prejuízo fiscal e base negativa assim como para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Em conformidade à ICP 22/FRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

l) Receita de contrato com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, independente de sua forma de recebimento.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Table with 4 columns: Tipo de produto / serviço, Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas, Política de reconhecimento da receita. Rows include Hardware, Softwares, Serviços gerenciados, Cyberpass, Mantis, Terciarização (Outsourcing), Serviços profissionais, Serviços em Cloud, and m) Ativos de contratos.



As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Provisão para perda esperada de crédito.
- Notas 12 e 14 - Vidas úteis do ativo imobilizado e intangível.
- Nota 13 - Ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos.
- Nota 27 - Mensuração de tributos diferidos e estimativa de prazo de realização dos ativos fiscais diferidos.

**2.8. Instrumentos financeiros**

**(a) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tomam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(b) Classificação e mensuração subsequente**

**Ativos Financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR e mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retraiada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia e suas controladas designam certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de hedge designadas, a Companhia e suas controladas documentam o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia e suas controladas também documentam a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

**Hedges de fluxo de caixa**

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia e suas controladas designam apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	-	-	24	11
Bancos	8	-	3.865	1.549
Aplicações financeiras(i)	6	16.509	73.508	84.977
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>16.509</b>	<b>77.397</b>	<b>86.537</b>

(i) São investimentos de baixo risco e alta liquidez, podendo ser resgatado a qualquer momento. Neste caso, a Companhia e suas controladas detêm operações de compromissadas, cujo rendimento entre 70% e 90% do CDI, geralmente listradas em títulos públicos, e os CDBs, com rendimentos entre 90% e 102% do CDI, desde que possuam liquidez diária.

A Companhia e suas controladas consideram como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de taxas de juros e análise de sensibilidade para esses ativos está apresentada na Nota 29.

**4. Títulos e valores mobiliários**

A Companhia e suas controladas consideram como títulos e valores mobiliários, os depósitos bancários e outros investimentos em títulos de liquidez que não atendem a todos os critérios para serem classificadas como equivalentes de caixa nos termos do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A composição do saldo de aplicações financeiras é como segue:

	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Aplicação renda fixa (i)	59,92% a 69,67% CDI	-	1	231	
<b>Total circulante</b>	<b>Rendimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	
Aplicação renda fixa (i)	90% a 102% CDI	3.207	8.638	3.207	21.117
Fundo renda fixa (ii)	104,13% CDI	-	-	4	16.050
Títulos de capitalização (iii)	0,5% a.m	-	-	442	623
<b>Total não circulante</b>	<b>Rendimentos</b>	<b>3.207</b>	<b>8.638</b>	<b>3.653</b>	<b>37.790</b>
<b>Total</b>		<b>3.207</b>	<b>8.638</b>	<b>3.653</b>	<b>37.790</b>

(i) As aplicações de Renda Fixa são compostas por:
 

- Certificado de Depósito Bancário (CDB) pré ou pós fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira do grupo apresentam remunerações que variam entre 90% a 102,00% CDI a.a.

(ii) Fundo de renda fixa com rentabilidade média de 104,13% CDI a.a.

(iii) Os Títulos de Capitalização possuem remuneração equivalente a Correção Monetária + Juros ao final de cada período. Os Juros produzidos são adicionados ao capital, passando a fazer parte do mesmo para efeito de cálculo dos próximos juros.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de taxas de juros e análise de sensibilidade para esses ativos está apresentada na Nota 29.

**5. Contas a receber**

O saldo de contas a receber de clientes incluem operações comerciais, líquido da respectiva provisão para perda esperada de crédito. A composição das contas a receber de clientes é demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
Mercado interno	37.825	60.199
Mercado externo	818	211
Clientes a faturar	313.031	239.393
<b>Total</b>	<b>351.674</b>	<b>299.803</b>
Ajuste a valor presente	(21.376)	(19.904)
(-) Perda de crédito esperada	(5.040)	(4.905)
<b>Total</b>	<b>325.258</b>	<b>274.994</b>
Circulante	201.051	171.669
Não Circulante	124.207	103.325
<b>Total</b>	<b>325.258</b>	<b>274.994</b>

Composição dos valores a receber dos clientes por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	30.809	51.258
A faturar(i)	313.031	239.393
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias	2.075	3.430
Vencidos de 31 a 60 dias	582	467
Vencidos de 61 a 90 dias	197	297
Vencidos há mais de 91 dias	4.980	4.958
<b>Total</b>	<b>351.674</b>	<b>299.803</b>

(i) O aumento expressivo no saldo de contas a receber a faturar está relacionado a novos contratos para os quais a Companhia e suas controladas concluíram a obrigação de performance, sendo o faturamento efetuado ao longo do período do contrato.

Movimentação da provisão para perda esperada de crédito

	Consolidado	
	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>(4.905)</b>	<b>(2.701)</b>
(+) Adições	(135)	(2.687)
(-) Exclusões	-	493
<b>Saldo final</b>	<b>(5.040)</b>	<b>(4.905)</b>

**6. Estoques**

	Consolidado	
	2024	2023
Hardware e acessórios	227	225
Licença de direito de uso(ii)	498	-
<b>Total</b>	<b>719</b>	<b>225</b>

(i) Os estoques de licença de direito de uso referem-se às licenças e garantias já adquiridas junto aos respectivos fabricantes, porém ainda não transferidas aos clientes.

**7. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS a recuperar	-	-	1.036	1.604
PIS e COFINS a recuperar	-	-	2.095	6.036
IR e CS a recuperar	408	871	7.726	5.027
INSS a recuperar	-	-	5.451	49
<b>Total</b>	<b>408</b>	<b>871</b>	<b>16.308</b>	<b>12.716</b>

**8. Ativo e passivo de contratos**

A condição dos contratos como ativos e passivos, somada ao reconhecimento das receitas apenas à medida em que se transferem os bens e serviços pactuados, é fundamental para a contabilização efetiva dos direitos e obrigações derivados dos documentos contratuais.

	Consolidado		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Ativos de contratos</b>				
Contrato com clientes (i)	-	-	6.612	12.394
Entregas futuras(ii)	-	-	-	301
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.612</b>	<b>12.695</b>
<b>Passivos de contratos</b>				
Entrega futuras(iii)	-	-	-	301
Custo a incorrer(iv)	-	-	65.323	30.608
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>65.323</b>	<b>30.909</b>
Circulante	-	-	32.348	10.058
Não Circulante	-	-	32.975	20.851
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>65.323</b>	<b>30.909</b>

(i) Contrato com clientes são horas empregadas nas implantações das soluções que são reconhecidas ao resultado em momento específico do tempo;

(ii) Obrigações futuras correspondem a obrigação de desempenho futuro, ou seja, venda atrelada a entrega futura; e

(iii) São valores já realizados no resultado no momento específico de tempo, sendo o desembolso de caixa a ser realizado no momento futuro.

**9. Partes relacionadas**

**9.1 Créditos e obrigações com partes relacionadas**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Ativo Circulante</b>				
ISH Tecnologia S.A.(i)	36.490	4.705	-	-
<b>Total</b>	<b>36.490</b>	<b>4.705</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				
ISH Tecnologia S.A.(i)	27.739	-	-	-
<b>Total</b>	<b>27.739</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Passivo de arrendamento junto à Enseada Empreendimento (vide Nota 13)	-	-	1.475	1.237
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.475</b>	<b>1.237</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Passivo de arrendamento junto à Enseada Empreendimento (vide Nota 13)	-	-	1.530	2.866
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.530</b>	<b>2.866</b>

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Custos/despesas</b>				
Gastos gerais	-	-	-	(182)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(182)</b>
<b>Outras receitas (despesas), líquidas</b>				
Serviços compartilhados (i)	1.297	19.036	-	-
<b>Total</b>	<b>1.297</b>	<b>19.036</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Juros de arrendamento junto à Enseada Empreendimento	-	-	(680)	(609)
Juros sobre mútuo - receita (ii)	644	-	-	113
<b>Total</b>	<b>644</b>	<b>-</b>	<b>(680)</b>	<b>(496)</b>

(i) São referentes a ressarcimentos de despesas entre a holding e as controladas, em 2024 os

ressarcimentos eram referentes ao salário do Conselho de Administração e demais despesas.

(ii) O saldo da controladora se refere aos juros do mútuo entre a ISH Tech S.A. e a ISH Tecnologia S.A. com juros anuais de 3,41% a.a. + CDI e vencimento em junho de 2029, e o saldo consolidado se refere a serviços gerais contratados junto a outros fornecedores considerados partes relacionadas.

A controlada ISH Tecnologia S.A. possui contrato de arrendamento relativo ao edifício sede da Companhia junto à Enseada Empreendimento, empresa que possui acionistas em comum. O contrato iniciado em 31 de julho de 2015, possui vigência até 31 de outubro de 2026, prevê reajuste anual pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM e pagamento mensal de aluguel conforme condições estabelecidas entre as partes.

**9.2. Remuneração dos administradores**

As despesas com remuneração dos administradores da Companhia e suas controladas são resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários, honorários e encargos sociais	512	546	12.981	11.650
Benefícios diretos e indiretos	-	-	1.580	1.305
Bônus	-	-	1.693	6.712
<b>Total</b>	<b>512</b>	<b>546</b>	<b>16.254</b>	<b>20.567</b>

**10. Outros ativos**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamentos (a)	-	-	2.335	2.640
Despesas antecipadas (b)	-	-	7.144	7.531
Custo com transação	-	-	2.960	2.039
Pedido ressarcimento (c)	-	-	-	1.686
Outros	-	-	823	3.393
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>823</b>	<b>14.832</b>
Circulante	-	-	823	12.108
Não Circulante	-	-	-	2.724
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>823</b>	<b>14.832</b>

(a) Os adiantamentos são compostos por adiantamentos a empregados e adiantamentos a fornecedores.

(b) Referem-se a valores pagos antecipadamente a prestadores de serviços terceirizados de garantia, suporte e contratos de licença de software em conexão com as obrigações da Companhia e de suas controladas de fornecerem serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento de cybersegurança. Incluem também gastos diretamente relacionados à instalação e ativação de hardware e software de propriedade da Companhia e suas controladas para futura prestação de serviços. Os montantes com previsão de amortização no prazo de um ano encontram-se registrados em outros ativos no circulante e o saldo remanescente registrado em outros ativos no não circulante.

(c) Pedido de ressarcimento junto a RFB dos créditos de insumos sobre o PIS e COFINS não compensados via apuração mensal.

**11. Investimentos**

	%	31 de dezembro de 2024			
		Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido de exercício
<b>Investimentos em Controladas</b>					
ISH Tecnologia S.A.	100%	513.182	332.459	180.728	15.770
Integrays Comércio e Serviços de Informática Ltda.	100%	4.009	988	3.021	2.180
<b>Total</b>		<b>517.191</b>	<b>333.447</b>	<b>183.749</b>	<b>17.950</b>

  

	%	31 de dezembro de 2023			
		Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido de exercício
<b>Investimentos em Controladas</b>					
ISH Tecnologia S.A.	100%	477.182	347.544	129.638	23.283
Integrays Comércio e Serviços de Informática Ltda.	100%	6.222	2.302	3.920	67
<b>Total</b>		<b>483.404</b>	<b>350.846</b>	<b>133.558</b>	<b>23.350</b>

A movimentação dos investimentos é como segue:

	ISH Tecnologia	Integrays	Total
--	----------------	-----------	-------



24. Despesas por natureza

Table with columns: Controladora (2024, 2023), Consolidado (2024, 2023). Rows include Despesas administrativas, Pessoal, Depreciação e amortização, Comissões, Despesas de vendas, Marketing, Utilidades e serviços, Perda de crédito esperada.

25. Outras receitas (despesas) líquidas

Table with columns: Controladora (2024, 2023), Consolidado (2024, 2023). Rows include Outras receitas (despesas) líquidas, Serviços compartilhados (i), Recuperação de despesas, Outros.

(i) Valores referente a ressarcimentos de despesas da Companhia e suas as controladas.

26. Resultado financeiro

Table with columns: Controladora (2024, 2023), Consolidado (2024, 2023). Rows include Despesas financeiras, Juros sobre empréstimos e financiamentos, Valor justo sobre empréstimos, Despesas bancárias, Tarifas e comissões sobre empréstimos, Juros sobre empréstimos passivos, Operação com derivativos, Resultados financeiros, Rendimentos sobre aplicações financeiras, Descontos obtidos, Variação cambial ativa, Ajuste a valor presente, Juros ativos sobre mútuos.

27. Imposto de renda e contribuição social

Table with columns: Controladora (2024, 2023), Consolidado (2024, 2023). Rows include Imposto de renda, Contribuição social, Despesa de imposto de renda e contribuição social.

Table with columns: Controladora (2024, 2023), Consolidado (2024, 2023). Rows include Impostos correntes, Imposto de renda, Contribuição social, Impostos diferidos, Imposto de renda, Contribuição social, Despesa de imposto de renda e contribuição social.

Table with columns: Controladora (2024, 2023), Consolidado (2024, 2023). Rows include Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Aliquota nominal, Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal, Efeitos fiscais incidentes sobre: Lançamento de exercício anterior, Equivalência patrimonial, Diferenças permanentes, Efeito lucro presumido, Juros sobre capital próprio, Prejuízo fiscal, Diferenças temporárias, Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva, Aliquota efetiva do imposto de renda e contribuição social.

Table with columns: Controladora (2024, 2023), Consolidado (2024, 2023). Rows include Ativo: Provisões, Provisão para perda esperada de crédito, Diferença de depreciação, Ajuste a valor presente, Arrendamentos, Passivo: Diferença de depreciação, Outros, 28. Segmentos operacionais.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia e de suas controladas que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receitas e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem (lucro bruto), e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos por segmento. As transações entre os segmentos são eliminadas, e a Companhia e suas controladas alocam despesas administrativas e de vendas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

Para fins de análise e gerenciamento das operações, a Companhia e suas controladas possuem três segmentos operacionais que são utilizados pela Administração para fins de análise e tomada de decisão, sendo eles:

Cybersegurança: Compreende serviços avançados de conformidade e segurança da informação voltados a prover visibilidade, gestão e proteção da infraestrutura de tecnologia da informação dos clientes. Infraestrutura: Compreende serviços de infraestrutura de TI segura que visam arquitetar, planejar e implantar infraestruturas de TI complexas tendo como premissas a disponibilidade, o desempenho e a integridade. Nuvem ("cloud services"): Soluções de computação em nuvem e terceirização de Data Center, para otimizar os recursos de processamento de servidores, plataforma de aplicações e armazenamento de dados de forma segura, escalável e sob demanda.

Table with columns: Consolidado (Cybersegurança, Infraestrutura, Cloud Services, Total). Rows include 31/12/2024: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos e serviços prestados, Lucro bruto, Despesas operacionais, Resultado financeiro líquido, IRPJ e CSLL - Corrente e diferido líquido, Lucro líquido do exercício. 31/12/2023: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos e serviços prestados, Lucro bruto, Despesas operacionais, Resultado financeiro líquido, IRPJ e CSLL - Corrente e diferido líquido, Lucro líquido do exercício.

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros: A tabela abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros. Os ativos e passivos financeiros do Grupo são mensurados pelo custo amortizado e a valor justo por meio do resultado.

Table with columns: Controladora (31/12/2024), Consolidado (31/12/2024). Rows include Ativos financeiros conforme balanço patrimonial: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Títulos e valores mobiliários (Nota 4), Partes relacionadas (Nota 9), Total de ativos financeiros.

Passivos financeiros conforme balanço patrimonial

Table with columns: Controladora (31/12/2024), Consolidado (31/12/2024). Rows include Empréstimos e financiamentos (Nota 16), Total de passivos financeiros.

Ativos financeiros conforme balanço patrimonial

Table with columns: Controladora (31/12/2024), Consolidado (31/12/2024). Rows include Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Títulos e valores mobiliários (Nota 4), Contas a receber de clientes (Nota 5), Operações com derivativos (Nota 29), Total de ativos financeiros, Passivos financeiros conforme balanço patrimonial: Fornecedores (Nota 15), Passivo de arrendamento (Nota 13), Operações com derivativos (Nota 29), Empréstimos e financiamentos (Nota 16), Total de passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros foram classificados em níveis hierárquicos de valor justo, a saber: Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/preificação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais.

Gestão de riscos: As atividades da Companhia e de suas controladas nos expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de exposição cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez. O programa de gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos nos seus desempenhos financeiros.

Table for 31 de dezembro de 2024: Instrumento, Objetivo, Data de início, Data de vencimento, Moeda, Valor Nominal, Valor da curva (Posição ativa, Posição passiva), Valor de mercado (contábil) (Posição ativa, Posição passiva), Variação (Ganho/Perda), Curva x MTM.

Table for 31 de dezembro de 2023: Instrumento, Objetivo, Data de início, Data de vencimento, Moeda, Valor Nominal, Valor da curva (Posição ativa, Posição passiva), Valor de mercado (contábil) (Posição ativa, Posição passiva), Variação (Ganho/Perda), Curva x MTM.

Swap de taxa de juros - Hedge de valor justo: As operações de swap de taxa de juros foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos prefixadas, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes. As operações de swap de taxas de juros são contratadas para converter dívidas e empréstimos prefixados para pós-fixados atrelados ao CDI. O detalhamento desses instrumentos financeiros derivativos encontra-se apresentado a seguir:

Table for 31 de dezembro de 2024: Instrumento, Objetivo, Data de início, Data de vencimento, Indexador médio, Valor da curva (Posição ativa, Posição passiva), Valor de mercado (contábil) (Posição ativa, Posição passiva), Variação (Ganho/Perda), Curva x MTM.

Table for 31 de dezembro de 2023: Instrumento, Objetivo, Data de início, Data de vencimento, Indexador médio, Valor da curva (Posição ativa, Posição passiva), Valor de mercado (contábil) (Posição ativa, Posição passiva), Variação (Ganho/Perda), Curva x MTM.

A receita líquida desagregada por segmento é como segue:

Table with columns: Consolidado (Cybersegurança, Infraestrutura, Cloud Services, Total). Rows include 31/12/2024: Hardware, Licença de direito de uso, Serviços gerenciados (Managed security services), Cyberpass, Mantis, Terceirização (Outsourcing), Serviços profissionais (Professional services), Serviços em nuvem (Cloud services), Outras, Cancelamento e Devoluções, Ajuste a valor presente, Impostos sobre vendas, Receita líquida. 31/12/2023: Hardware, Licença de direito de uso, Serviços gerenciados (Managed security services), Cyberpass, Mantis, Terceirização (Outsourcing), Serviços em nuvem (Cloud services), Outras, Cancelamento e Devoluções, Ajuste a valor presente, Impostos sobre vendas, Receita líquida.

Table with columns: Controladora (31/12/2024), Consolidado (31/12/2024). Rows include Passivos: Fornecedores (nota 15), Empréstimos e financiamentos (nota 16), Empréstimos e financiamentos (nota 16), Empréstimos e financiamentos (nota 16), Total de passivos.

a) Exposição a riscos cambiais: O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas estão sujeitos à volatilidade do dólar norte-americano e euro, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores no exterior e parte dos seus empréstimos são em moeda estrangeira, expondo o Grupo à flutuação do câmbio desta moeda.

Table with columns: Consolidado (2024, 2023). Rows include Passivos, Fator de risco, Valor de mercado (contábil) (Posição ativa, Posição passiva), Variação (Ganho/Perda), Curva x MTM.

NDF de variação cambial - Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes. A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer parcela não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme política da Companhia e de suas controladas, contratamos instrumentos financeiros de proteção (derivativos) para cobrir as exposições com acompanhamento periódico das flutuações. As operações de NDF de variação cambial foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes para eliminar a exposição à variação cambial. O detalhamento desses instrumentos financeiros derivativos encontra-se apresentado a seguir:



**Análise de sensibilidade**

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas realizaram uma análise de sensibilidade com aumento da taxa de câmbio apurada na data de encerramento do período (R\$/US\$) e (R\$/R\$) de 25% e 50%, conforme segue:

31/12/2024 - R\$/US\$: 6,1923				
Cenários				
Instrumento	Fator de risco	Saldo	25%	50%
Fornecedores estrangeiros (nota 15)	Alta do USD	15.533	19.416	23.300
<b>Efeito no resultado</b>			<b>(3.883)</b>	<b>(7.767)</b>

31/12/2024 - R\$/R\$: 0,03947				
Cenários				
Instrumento	Fator de risco	Saldo	25%	50%
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	Alta do JPY	4.799	5.999	7.199
<b>Efeito no resultado</b>			<b>(1.200)</b>	<b>(2.400)</b>

**b) Concentração de risco de crédito**

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

A Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários com instituições aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A qualidade do crédito das instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, o Grupo considera o rating divulgado pelas três principais agências internacionais de rating (S&P, Fitch e Moody's), sendo apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
AAA.br	3.217	15.068	17.799	39.929
brAAA	-	-	1.978	-
AA+.br	4	-	61.240	-
MLA-1.br	-	2	34	47.038
Br.1	-	10.077	-	10.836
F1+	-	-	26.719	-
A+	-	-	-	2
B	-	-	-	7
<b>Total</b>	<b>3.221</b>	<b>25.147</b>	<b>81.051</b>	<b>124.558</b>

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito decorrente de recebíveis, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco em um nível aceitável.

Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte.

A Companhia e suas controladas atribuem uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito,

baseada em preços de mercado, ratings de crédito externos e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre a posição estratégica da contraparte e o histórico de relacionamento comercial.

**c) Riscos de taxa de juros**

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às suas obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Conforme política interna, contratamos instrumentos financeiros de proteção (derivativos) para cobrir as exposições com acompanhamento periódico das flutuações.

**Análise de sensibilidade**

Com base nos instrumentos financeiros sujeitos a variação do CDI, levantados em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas realizaram uma análise de sensibilidade com o cenário provável para os 12 meses seguintes e a partir destes, simulou variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), conforme segue:

Aplicação Financeira	Cenários		
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicação renda fixa	3.207	3.207	3.207
Taxa Sujeta a variação	10,68%	13,35%	16,02%
Receita Financeira Projetada	343	428	514
<b>Variação</b>	<b>-</b>	<b>85</b>	<b>171</b>
<b>Variação da Resultado Financeiro Projetado</b>		<b>85</b>	<b>171</b>

Aplicação Financeira	Cenários		
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicação renda fixa	3.208	3.208	3.208
Taxa Sujeta a variação	10,68%	13,35%	16,02%
Receita Financeira Projetada	343	428	514
<b>Variação</b>	<b>-</b>	<b>85</b>	<b>171</b>
Capital de giro	32.465	32.465	32.465
Taxa Sujeta a variação	10,68%	13,35%	16,02%
Despesa Financeira Projetada	3.467	4.334	5.201
<b>Variação</b>	<b>-</b>	<b>(867)</b>	<b>(867)</b>
<b>Variação da Resultado Financeiro Projetado</b>		<b>(782)</b>	<b>(696)</b>

**d) Riscos de liquidez**

É o risco da Companhia e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A seguir são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, como segue:

Fornecedores (Nota 15)	Controladora			
	Saldos em 31/12/2024	Até 1 ano	1-5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	215.745	215.745	-	-
<b>Total</b>	<b>215.746</b>	<b>215.746</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fornecedores (Nota 15)	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2024	Até 1 ano	1-5 anos	Acima de 5 anos
Passivo de arrendamento (Nota 13)	5.679	2.107	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	248.754	241.333	7.421	-
<b>Total</b>	<b>357.793</b>	<b>334.762</b>	<b>23.031</b>	<b>-</b>

**e) Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos. A estrutura de capital da Companhia e suas controladas consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	215.745	128.896	248.754	318.016
Passivo de arrendamento (Nota 13)	-	-	5.679	4.614
Operações com derivativos (Nota 29)	-	-	529	(1.296)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(14)	(16.509)	(77.397)	(86.537)
(-) Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(3.207)	(8.638)	(3.654)	(38.021)
<b>Dívida líquida</b>	<b>212.524</b>	<b>103.749</b>	<b>173.911</b>	<b>196.776</b>

**30. Eventos subsequentes**

Em 20 de março de 2025 foi realizada a Assembleia Geral dos Debenturistas, representado pelos detentores das debêntures emitidas pela Companhia, onde foi aprovada a não decretação do vencimento antecipado das referidas debêntures em decorrência do não atingimento do Índice Financeiro, pela Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ser menor igual a 2,5x, conforme previsto na alínea "p" da Cláusula 8.1.2 da Escritura de Emissão, sendo este último alterado para o máximo de 2,75 vezes.

Com isto, a Companhia voltou a estar em conformidade com as cláusulas restritivas das debêntures nesta data. Não houve alteração nos demais termos e condições das debêntures.

Anderson Ayres Bolzani Ribeiro Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Fernanda Reinholz Porto Contador CRC 017421-ES
-------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da ISH Tech S.A.  
Vitória - ES

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ISH Tech S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ISH Tech S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Reconhecimento de receitas não faturadas no final do período (Nota Explicativa nº 5)**

**Principal assunto de auditoria:** A receita contempla a comercialização de softwares e prestação de serviços gerenciados de segurança da informação. A controlada da Companhia possui um saldo de R\$ 313.031 (R\$ 239.393 em 2023) que representam valores não faturados, mas para os quais a controlada reconheceu a receita, por se referirem a serviços profissionais já realizados, produtos entregues ou licenças de software já disponibilizadas aos compradores.

O processo de reconhecimento de receitas realizadas e não faturadas ao final do exercício foi considerado como um principal assunto de auditoria, devido à relevância dos valores envolvidos e a natureza manual no processo.

**Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: i) Obtenção do entendimento dos procedimentos e controles implementados pela controlada da Companhia relacionados ao processo de reconhecimento de receitas; ii) Avaliação das políticas contábeis aplicadas no reconhecimento de receitas de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente; iii) Procedimentos substantivos de detalhe avaliando evidências, em base amostral, para a satisfação da obrigação da performance, precisão dos registros, receita reconhecida e não faturada ao final do exercício e; iv) Avaliação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receitas.

Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas de prestação de serviços e vendas de licenças de software ainda não faturadas, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

**Ativo Intangível decorrente de desenvolvimento de Softwares (Nota Explicativa nº 14)**

**Principal assunto de auditoria:** A Companhia investe valores significativos no desenvolvimento e aperfeiçoamento do software operacional, que envolve inclusive a capitalização de custos internos registrado no ativo intangível, especialmente custos de mão de obra, cujas análises de viabilidade econômica e determinação da vida útil estimada, envolve julgamento significativo por parte da administração. Devido à relevância dos valores de adição e amortização, e do julgamento envolvido na análise do prazo de

vida útil estimado e recuperabilidade dos gastos capitalizados com desenvolvimento, esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria.

**Como nossa auditoria tratou o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos critérios utilizados pela Administração na determinação dos custos capitalizados no desenvolvimento e ou na aquisição de softwares, testes da análise de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhorias do software operacional, incluindo, quando aplicável, a definição das premissas que suportam as projeções dos fluxos de caixa consideradas nos testes dos valores recuperáveis desses ativos. Avaliamos, também, a razoabilidade das premissas adotadas na determinação da vida útil estimada do software operacional e realizamos o cálculo independente da amortização. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados em relação aos testes dos custos do software operacional, da análise de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhoria, do estudo para determinação da vida útil estimada e do cálculo da amortização, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados na avaliação do software operacional, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado (DVA)**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desse base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2025.

**Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.**  
CRC ZSP-031.269/O-1

**Ricardo Afonso Parra**  
Contador CRC 1SP-237.688/O-4